

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.703 - RO (2019/0294513-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : FABIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ AUGUSTO MARCONDES DE MOURA JUNIOR -
SP112111
FÁBIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS - SP172523
ANTONIO KLÉCIO LIMA DE SOUSA - RO007679
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : FERNANDA REDONDO PEIXOTO
PACIENTE : MÁRCIO ROBERTO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FERNANDA REDONDO PEIXOTO e MÁRCIO ROBERTO PEREIRA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (fls. 30/35).

Os pacientes foram presos preventivamente e denunciados pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual que, monocraticamente, indeferiu a inicial (fls. 30-35).

Neste *writ*, sustenta a defesa constrangimento ilegal diante da nulidade decorrente da inversão na colheita de provas na fase instrutória.

Assevera a inobservância do art. 400 do CPP, porquanto realizado o interrogatório dos pacientes antes da colheita dos depoimentos das testemunhas, fato que implica ofensa ao devido processo legal e, por consequência, ao direito à ampla defesa.

Pugna, liminarmente, pela suspensão processual e aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

No mérito, requer a anulação do feito a partir da audiência de instrução e julgamento e, caso acolhida a nulidade, o relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo.

Na origem, o processo n. 0000009-61.2019.8.22.0501 está concluso para sentença desde 16/9/2019, consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 1º/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, denota-se que a presente ordem impugna decisão monocrática, que indeferiu a petição inicial, não tendo sido levada a questão à

Superior Tribunal de Justiça

apreciação do órgão colegiado por meio do agravo regimental, de modo que, não esgotada a instância ordinária, não se inaugurou a competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, II, "a", da Constituição Federal.

Nesse sentido, confirmam-se:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO.

1. É inviável o conhecimento do presente mandamus, uma vez que o impetrante se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF.

REVISÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 621 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. No caso em apreço, observa-se que a defesa não demonstrou que a condenação teria violado frontalmente as provas colhidas na instrução, cingindo-se a alegar que o acusado negou a autoria do crime, que as testemunhas não o teriam reconhecido, sendo que o depoimento de uma delas, que teria confirmado a sua participação nos fatos, não teria sido corroborado pelas demais provas constantes dos autos, o que, nos termos do artigo 621 do Código de Processo Penal, não dá ensejo à revisão criminal, que não se presta à simples reanálise de provas que já foram exaustivamente examinadas pelo Tribunal Estadual.

2. Caso desejasse a análise do pleito revisional pelo colegiado, e não apenas pelo Desembargador Relator, cumpria à defesa interpor agravo regimental contra a decisão questionada, o que não foi feito, não havendo que se falar em violação ao devido processo legal, à ampla defesa e ao duplo grau de jurisdição.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 315.608/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 20/05/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA RELATOR TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância a quo, de modo que corretamente foi indeferido liminarmente o habeas corpus que atacava denegação monocrática do writ de origem.

2. Competia à defesa levar seu inconformismo, pela via do agravo, ao competente colegiado local e não inauguração, per saltum, da via recursal ao

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Superior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 321.098/RS, da minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 28/05/2015)

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator

